

Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Fazenda
Secretaria de Estado de Administração

Concurso Público

Cargo: Agente de Tributos Estaduais

Caderno de
Provas Objetivas

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Aplicação: 7/3/2004

CESPE

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cento e cinquenta itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 150.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde 1,00 ponto, conforme consta no Edital n.º 13 – SEFAZ-MT/ATE, de 29/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 8/3/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br>, nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e na Gerência da Escola de Desenvolvimento de Competências Profissionais GED/SADP/SUGP/SEFAZ, localizada à rua Governador Jari Gomes, n.º 454 – Boa Esperança, Cuiabá (MT).
- II 9 e 10/3/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 30/3/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do concurso.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 13/2003 – SEFAZ-MT/ATE, de 29/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no sítio <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Tecnologia da Informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Dicas para melhorar sua produtividade

- < Mantenha uma lista de tarefas a realizar.
- < Mantenha um registro de pessoas que você precisa contatar e respectivos assuntos (comunicações regulares).
- < Defina objetivos e resultados desejados.
- < Estabeleça prioridades.
- < Faça as coisas em ordem decrescente de importância.
- < Faça as coisas uma vez só. Conclua o que começou. Tente fazer o trabalho em uma só operação. Evite as repetições e as voltas ao mesmo trabalho.
- < Faça as coisas de forma simples. Simplifique o que puder.
- < Estabeleça horários e prazos de conclusão. E cumpra-os (inclusive horário de saída do escritório).
- < Institua o “Tempo Reservado”. Programe sua inacessibilidade.
- < Planeje e programe o seu dia na véspera e, ao final do dia, avalie o real perante o planejado.
- < Proteja seu tempo, eliminando atividades sem proveito. Faça o que é importante. Pergunte-se constantemente: “Qual é o melhor uso do meu tempo agora?”.
- < Estabeleça objetivos anuais, mensais e semanais.
- < Programe suas tarefas e atividades da semana e do dia em função desses objetivos.
- < Identifique as atividades críticas que levam aos resultados e concentre-se nelas.
- < Controle diariamente as atividades realizadas e os resultados alcançados e confronte-os com os planejados.
- < Saiba onde seu tempo é realmente empregado.
- < Estabeleça data e hora para início e fim de cada atividade.
- < Identifique e elimine seus desperdiçadores de tempo, objetivando aumentar seu tempo produtivo e diminuir o improdutivo.
- < Melhore suas rotinas e hábitos de trabalho.
- < Despenda seu tempo proporcionalmente à importância da tarefa e do objetivo.

O texto acima, que foi adaptado do sítio da Secretaria de Estado de Administração do Estado de Mato Grosso — <http://www.sad.mt.gov.br/html/internas.php> —, apresenta 20 tópicos, ou “**Dicas**”, para que os funcionários dessa secretaria possam aumentar a sua produtividade. A partir desse texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Por iniciarem com uma forma verbal no modo imperativo, as “**Dicas**”, que deveriam ser conselhos, sugestões, adquirem um caráter de imposição, de comando geral e de dispositivo legal, proveniente da Secretaria de Administração, destinado a todos os funcionários públicos.

- 2 O objetivo de melhoria da produtividade, explícito no título e desdobrado nos tópicos, justifica-se, conforme o texto, por dupla necessidade: a elevação da qualidade do serviço tradicionalmente prestado e o apagamento do senso comum de que o serviço público não tem a eficiência esperada.
- 3 Pela observação da recorrência de vocábulos referentes às circunstâncias temporais ao longo do texto, depreende-se que a produtividade está vinculada ao cumprimento de funções, também, no menor prazo possível.
- 4 Os verbos que iniciam os tópicos, constituídos de predicados transitivos diretos, estão seguidos de complementos que exercem a função sintática de objeto direto.
- 5 No contexto do último tópico, a forma “Despenda” comporta a substituição por **Dispensa**, sem incorrer em desvio sintático, pois tais palavras são sinônimas.

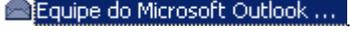
Julgue os fragmentos de texto contidos nos itens seguintes quanto à grafia, à pontuação, à concordância, à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.

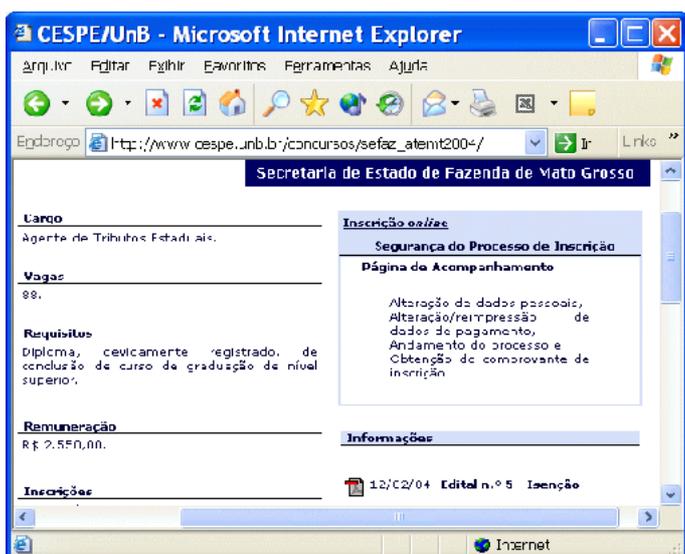
- 6 Desde segunda-feira, dia 19 de janeiro deste ano, a Escola de Serviço Público (ESP) deu início à primeira turma de informática no nível básico e avançado, direcionado à servidores públicos do estado, com a novidade de ser implantado pelo método de ensino à distância, o *e-learning*.
- 7 Foram três as turmas abertas para o curso de informática básica e quatro as turmas para o nível avançado. As aulas foram ministradas de segundas a sextas-feiras, e o servidor podia optar por um curso mais rápido, com quatro horas de aula, cujo término ocorreu em 6 de fevereiro, ou com apenas duas horas diárias de aula, com término no dia 5 de março.
- 8 Para as sete turmas, de servidores públicos estaduais, com 20 alunos cada, tanto nos níveis básico e avançado, as inscrições puderam ser feitas diretamente no Departamento de Recursos Humanos, dos órgãos de proveniências.
- 9 Certos cursos, somando 80 horas/aula, foram divididos em dois módulos: no primeiro, o aluno participava das aulas presenciais; no segundo de aulas *online*, com horários de acesso aos conteúdos veiculados pela Internet, podia frequentá-las de qualquer computador conectado.
- 10 Uma das vantagens do método *e-learning*, ressaltada pela superintendente da ESP, é que os alunos tinham acesso ao conteúdo em ambiente *online*, podendo estar em contato, simultaneamente, com o professor e os colegas de curso.

Itens adaptados. Internet: <<http://www.sad.mt.gov.br/html/noticia/>>.



Tendo como base a janela do Outlook Express 6 ilustrada na figura acima, julgue os itens seguintes, relativos ao correio eletrônico e ao Outlook Express 6.

- 11 Ao se clicar o botão , será aberta uma janela de edição de mensagem de correio eletrônico endereçada ao destinatário associado a .
- 12 Por meio do botão , é possível adicionar um novo contato ao caderno de endereços associado à identidade atualmente ativa no Outlook Express 6.



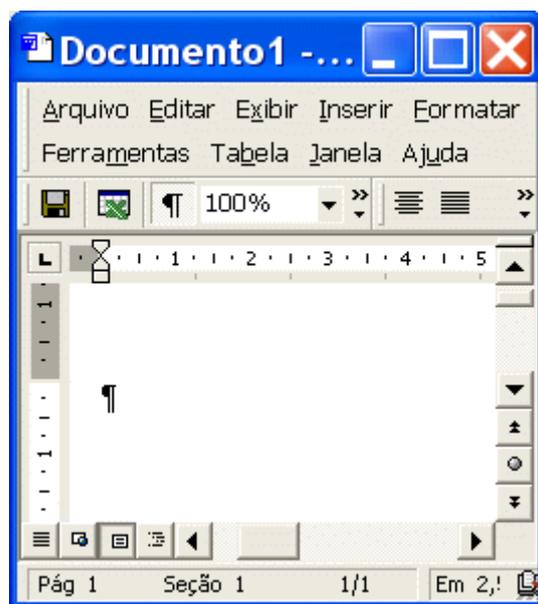
Com o objetivo de realizar o *download* do edital que rege o concurso público para agente de tributos estaduais da SEFAZ – MT, um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6, o sítio do CESPE — <http://www.cespe.unb.br> — e, após algumas operações nesse sítio, obteve a página Web ilustrada na figura acima. Julgue os itens a seguir, relativos ao Internet Explorer 6 e à Internet, tendo como base a janela mostrada e sabendo que  12/02/04 **Edital n.º 5 - Isenção** corresponde a um *hyperlink* a uma página Web associada a um arquivo PDF que contém informações relativas ao referido edital.

- 13 Sabendo que a página Web mostrada foi obtida em uma sessão de uso em que a Internet foi acessada por meio de uma conexão ADSL, é correto concluir que taxas da ordem de 256 kbps podem ter sido utilizadas durante o carregamento da página.

- 14 Como o *hyperlink*  12/02/04 **Edital n.º 5 - Isenção** está indiretamente associado a um arquivo PDF, ao se clicar esse *hyperlink*, será realizada automaticamente a salvaguarda do referido arquivo, na forma de *cookies*, em um processo que utiliza a tecnologia denominada FTP (*file transfer protocol*).

Com relação a *hardware* e *software* de computadores pessoais, julgue os itens a seguir.

- 15 Muitas vezes, o acesso à Internet é realizado com auxílio de uma linha telefônica. Para que o computador possa efetivar o acesso por meio da linha telefônica, é necessário o uso de um dispositivo denominado *modem*, o qual permite que o computador transmita e receba dados por meio da linha telefônica.
- 16 As placas de rede modernas são todas do tipo *on board*, construídas na própria placa-mãe do computador. Para o controle desse tipo de placa, é necessária a prévia instalação do UNIX, que auxilia o sistema operacional Windows a controlar a placa de rede.
- 17 Para a realização de *backup*, existem vários procedimentos que vão desde a aquisição de equipamentos e computadores específicos até procedimentos mais simples como, por exemplo, a gravação de dados em CD-ROM. Uma vantagem dos CD-ROMs é que todas as variedades dessa mídia permitem um número ilimitado de operações de leitura e escrita, possibilitando que qualquer tipo de CD-ROM seja utilizado inúmeras vezes para operações de *backup*.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000, que está sendo utilizado para a elaboração de um documento, julgue os itens subsequentes, acerca do Word 2000 e do Excel 2000.

- 18 Para inserir, na sessão atual de uso do Word 2000, uma planilha do Excel 2000 armazenada em arquivo, é suficiente clicar o botão ; selecionar, na janela aberta em decorrência dessa ação, o nome do arquivo que contém a planilha; finalmente, clicar OK.
- 19 Para que um texto a ser digitado no documento em edição seja alinhado às margens direita e esquerda, é suficiente, antes de iniciar a sua digitação, clicar o botão .
- 20 Por meio dos marcadores da régua horizontal, é possível alterar as definições de recuos e das margens do parágrafo em que se encontra o ponto de inserção.

Uma empresa fabrica dois produtos, A e B. A produção de cada tonelada do produto A exige 200 horas de mão-de-obra e 6 horas de operação dos equipamentos. Cada tonelada do produto B exige 300 horas de mão-de-obra e 7 horas de operação dos equipamentos. A empresa dispõe, por semana, de 5.000 horas de mão-de-obra e de 188 horas de equipamentos. O mercado limita a produção semanal dos produtos A e B em 150 e 300 toneladas, respectivamente. Os lucros, por tonelada, dos produtos A e B são iguais a R\$ 5.000,00 e R\$ 3.500,00, respectivamente. Toda a produção tem mercado garantido.

As informações da situação acima podem ser representadas por equações e inequações matemáticas. Para isso, considere X_A = número de toneladas do produto A produzidas semanalmente e X_B = número de toneladas do produto B produzidas semanalmente. Com base nessa notação, julgue os itens a seguir.

- 21 O lucro total semanal L , obtido com a venda dos produtos A e B, pode ser corretamente expresso por $L = 5.000X_A + 3.500X_B$.
- 22 As restrições às quantidades dos produtos A e B demandadas semanalmente podem ser escritas como $0 \leq X_A + X_B \leq 450$.
- 23 A inequação $200X_A + 300X_B \leq 5.000$ representa a restrição da quantidade de horas de mão-de-obra que a empresa tem disponível semanalmente.
- 24 A inequação $6X_A + 7X_B \leq 188$ representa a restrição da quantidade de horas de equipamentos que a empresa tem disponível semanalmente.
- 25 O lucro mensal obtido com a venda do produto A é uma função quadrática de X_A .

Considere que, em uma determinada economia, cada unidade monetária introduzida recircule do seguinte modo: 70% da unidade original são gastos e os 30% restantes são poupados; em seguida, 70% daqueles 70% são gastos e 30% são poupados. O processo continua desse modo, indefinidamente. Supondo que 1.000 unidades monetárias foram introduzidas inicialmente nessa economia, julgue os itens que se seguem.

- 26 O total gasto é expresso por meio da soma dos termos de uma progressão geométrica infinita de razão 0,7.
- 27 A soma dos valores gastos é inferior a 1.000 unidades monetárias.
- 28 As quantias poupadas constituem uma seqüência crescente.
- 29 Se $a_1 = 1.000$, $a_2 = 700$, ... constituem a seqüência de valores gastos e se (b_n) , $n = 1, 2, \dots$, é a seqüência dos valores poupados, em que $b_1 = 300$, então $a_n = a_{n-1} + b_{n-1}$, para todo $n \geq 2$.
- 30 Se a quantidade de unidades monetárias inicialmente introduzidas na economia fosse duplicada, o total gasto também dobraria de valor.

Considere a seguinte situação hipotética.

Um órgão do governo recebeu pela Internet denúncias de sonegação de impostos estaduais contra 600 pequenas empresas. Denúncias contra outras 200 pequenas empresas foram encaminhadas pessoalmente para esse órgão. Para a apuração das denúncias, foram realizadas auditorias nas 800 empresas denunciadas. Como resultado dessas auditorias, foi elaborada a tabela abaixo, que apresenta um quadro das empresas denunciadas e os correspondentes débitos fiscais ao governo. Das empresas denunciadas, observou-se que apenas 430 tinham débitos fiscais.

forma de recebimento da denúncia	valor do débito fiscal (VDF), em R\$ mil, apurado após auditoria na empresa denunciada				
	0 < VDF < 1	1 # VDF < 2	2 # VDF < 3	3 # VDF # 4	total
pela Internet	60	100	50	30	240
pessoalmente	20	120	40	10	190
total	80	220	90	40	430*

Nota: *Para as demais empresas, VDF = 0.

Com base na situação hipotética acima e de acordo com as informações apresentadas, julgue os itens que se seguem.

RASCUNHO

- 31 70% das empresas denunciadas por meio da Internet não apresentam débitos fiscais.
- 32 Entre as empresas denunciadas, mais de 95% das que não apresentam débitos fiscais foram denunciadas por meio da Internet.
- 33 O valor total dos débitos fiscais apurados após as auditorias feitas nas empresas denunciadas é inferior a R\$ 500 mil.
- 34 O débito fiscal médio das empresas denunciadas por meio da Internet é menor que o débito fiscal médio daquelas denunciadas pessoalmente.
- 35 O valor, em reais, da mediana dos débitos fiscais das empresas denunciadas por meio da Internet é igual a zero.
- 36 O valor, em reais, da moda dos débitos fiscais das empresas denunciadas é igual a zero.
- 37 O terceiro quartil dos débitos fiscais das empresas denunciadas pessoalmente está entre R\$ 1 mil e R\$ 1,6 mil.
- 38 Um dado centil da distribuição dos débitos fiscais das empresas denunciadas por meio da Internet é maior ou igual ao mesmo centil da distribuição dos débitos fiscais das empresas denunciadas pessoalmente.
- 39 A variância amostral dos débitos fiscais das empresas denunciadas por meio da Internet é menor ou igual à variância amostral dos débitos fiscais das empresas denunciadas pessoalmente.
- 40 A amplitude total dos débitos fiscais é uma medida de variabilidade.

CONHECIMENTOS GERAIS

Nas últimas décadas, o estado de Mato Grosso vivenciou uma aceleração de seu desenvolvimento, decorrente da transformação da região Centro-Oeste em fronteira econômica. Em relação aos avanços nos processos socioeconômicos e espaciais desencadeados no Mato Grosso, bem como suas conseqüências, julgue os itens a seguir.

- 41 O avanço da agricultura e a instalação de fluxos migratórios em direção às áreas rurais contribuíram para a diminuição do número de grandes propriedades rurais nesse estado.
- 42 Cuiabá, importante centro urbano da região Centro-Oeste, experimentou acentuado crescimento populacional em conseqüência do aumento das atividades agropecuárias, propiciado pela modernização desse setor.
- 43 Nos últimos anos, o cultivo de soja tem-se expandido na região Centro-Oeste, exceto no estado de Mato Grosso, onde predomina a pecuária extensiva.
- 44 Já se observa o problema da degradação do solo como uma das conseqüências da devastação da cobertura vegetal no estado, causada pela expansão das atividades agrícolas.

Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha em 1494, o atual estado de Mato Grosso, assim como praticamente todo o Centro-Oeste e o Norte do país, pertencia ao reino espanhol. Entre os séculos XVII e XVIII, a região foi invadida por exploradores, em larga medida oriundos de São Paulo. Em meados do século XVIII, foi criada a capitania de Mato Grosso, com sede em Vila Bela, depois substituída pela vila de Cuiabá. Pouco tempo depois, oficializou-se a incorporação do território ao Brasil, colônia portuguesa. O século XIX assistiu ao esvaziamento da região, o que implicou seu crescente isolamento em relação ao restante do país. Esse isolamento é gradativamente superado ao longo do período republicano. Considerando essas informações, além de aspectos marcantes da economia contemporânea, julgue os itens subsequentes.

- 45 O bandeirismo e a descoberta de ouro na área central do Brasil foram os principais responsáveis pela chegada dos exploradores ao território do atual estado de Mato Grosso, no período colonial brasileiro.
- 46 O declínio da mineração está na raiz do empobrecimento da região mato-grossense, ao longo do século XIX, o que foi decisivo para o crescente isolamento da área em relação ao restante do Brasil.
- 47 O trabalho de Rondon na República Velha, conquanto meritório, esgotou-se na atração de povos indígenas, pouco significando em termos de expansão das redes de comunicação em Mato Grosso.
- 48 A política de interiorização do desenvolvimento, iniciada com Vargas — Marcha para o Oeste — e desenvolvida sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, teve reflexo diminuto em Mato Grosso, especialmente porque não teve prosseguimento em épocas posteriores.
- 49 O fato de o agronegócio ser pouco desenvolvido no estado coloca Mato Grosso em posição bastante secundária diante de um cenário mundial contemporâneo assinalado pela globalização e pela acirrada competição dos mercados.
- 50 Nos dias de hoje, os pesados investimentos em tecnologia são essenciais para uma vantajosa inserção em uma economia crescentemente mundializada, com mercados que se abrem em escala planetária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à não-cumulatividade, julgue os seguintes itens.

- 51 A Constituição da República instituiu o direito à compensação entre créditos e débitos do ICMS, vinculando-os à mesma mercadoria.
- 52 O diferimento do ICMS não gera direito ao crédito nem ofende o princípio da não-cumulatividade.
- 53 Uma sociedade comercial que durante três meses seguidos tiver apurado crédito do ICMS poderá corrigi-lo monetariamente no momento do recolhimento de eventual débito, já que a legislação estadual prevê a atualização monetária do débito, tendo em vista os princípios da isonomia e da não-cumulatividade.
- 54 Não há de se falar em tratamento desigual em situações em que o legislador proíbe a correção monetária dos créditos e impõe a dos débitos devidamente constituídos e recolhidos na data determinada por decreto estadual, ainda que o crédito tenha sido lançado na escrita fiscal extemporaneamente.
- 55 O contribuinte tem direito de creditar-se no valor do ICMS recolhido na entrada de matéria-prima empregada na fabricação de produto isento na saída, sendo que proibição legislativa de tal prática ofende o princípio da não-cumulatividade.

No que se refere à imunidade, julgue os itens seguintes.

- 56 Considere a seguinte situação hipotética.
O fisco de um determinado município autuou autarquia de município vizinho para pagamento do IPTU incidente sobre imóvel alugado a sociedade particular, visto o grande valor auferido no aluguel contratado.
Nessa situação, o referido fisco agiu acertadamente, de acordo com a Constituição da República.
- 57 A imunidade recíproca não abrange as concessionárias de serviços públicos.

Quanto aos incentivos fiscais, particularmente ao que se convencionou chamar de *guerra fiscal*, julgue os itens que se seguem.

- 58 A reforma tributária realizada em 2003, que redundou na Emenda Constitucional n.º 42/2003, teve como fundamento principal acabar com a guerra fiscal entre os estados e o Distrito Federal e a principal novidade nessa questão foi o estabelecimento da limitação da anterioridade mitigada para o ICMS.
- 59 A concessão de crédito presumido do ICMS unilateralmente constitui benefício fiscal inconcebível pelo ordenamento jurídico vigente.
- 60 A imunidade tributária é instituto de direito utilizado na denominada guerra fiscal.
- 61 A alteração de alíquota do ICMS que implica benefício fiscal deve vir acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de vigência.

Em relação a ilícitos tributários, julgue o item subsequente.

62 O objeto do Direito Tributário Penal são as normas de Direito Tributário. A transgressão dessas normas acarreta sanções de natureza administrativa e a responsabilidade do agente é objetiva. O objeto do Direito Penal Tributário são as normas de Direito Penal, sendo as transgressões puníveis pela aplicação de penas criminais, com responsabilidade subjetiva do agente.

Determinado fornecedor de matéria-prima praticou, durante anos, fraude tributária na modalidade de *nota fiscal dobrada* e, após ser acometido de doença cujos aparelhos para tratamento não são encontrados no serviço hospitalar local, arrependeu-se da supressão do tributo, procurou a autoridade fiscal e recolheu, de imediato, o valor devido.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

63 Nos ilícitos penais e tributários penais, admite-se a modalidade culposa.

64 Na situação apresentada, incide causa de exclusão da antijuridicidade, denominada arrependimento eficaz.

65 Na situação em tela, incide o instituto da denúncia espontânea, tendo como natureza jurídica causa de exclusão da responsabilidade por infração.

66 O crime praticado é contra a ordem tributária, sendo utilizada como meio para sua consumação uma falsidade material.

A União editou lei complementar estabelecendo alíquotas progressivas do IPTU objetivando resguardar a função social da propriedade.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

67 Na redação original da Constituição Federal de 1988, a progressividade nas alíquotas do IPTU somente era admitida para fim extrafiscal, sendo essa redação modificada para incluir a possibilidade de alíquotas diferenciadas em razão do valor do imóvel.

68 A União poderá dispor sobre normas gerais em matéria tributária; entretanto, isso não se aplica a alíquotas progressivas do IPTU.

Com relação à legislação tributária, julgue os itens seguintes.

69 A idéia de hierarquia entre lei ordinária e complementar é relativa, sendo que a primeira não pode afrontar matéria reservada à segunda; entretanto, é válida a edição de lei complementar para regulamentar matéria tributária com previsão de ser veiculada por lei ordinária.

70 A função da lei complementar é dúplice, não tríplice, pois restringe-se a estabelecer normas gerais em matéria tributária e regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Com relação às taxas previstas na legislação de Mato Grosso, julgue os itens que se seguem.

71 O Supremo Tribunal Federal (STF) tem esposado entendimento no sentido de que a taxa de segurança pública criada por diversos estados da federação é inconstitucional, por se tratar de atividade indivisível, devida a todos os cidadãos da coletividade e que não pode ser especificada para cada contribuinte. Entretanto, esse entendimento não engloba a taxa criada pelo estado do Mato Grosso para manutenção dos serviços de prevenção e extinção de incêndio.

72 Apesar da legislação estadual prever a possibilidade de cobrança de taxa judiciária, as atividades judiciais só são passíveis de cobrança de preço público, no entender do STF.

Acerca do imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) na legislação de Mato Grosso, julgue os itens subsequentes.

73 A incidência do ICMS sobre prestação onerosa de serviço de comunicação não foi derogada pela reforma constitucional ocorrida no final de 2003.

74 O contador será solidariamente responsável com o contribuinte pelos débitos tributários decorrentes da utilização de nota fiscal dobrada emitida, cuja impressão foi conseguida após afirmação falsa feita pelo profissional de contabilidade perante a autoridade fazendária.

75 O ICMS devidamente apurado e lançado pelo contribuinte em seus livros fiscais poderá ser pago com atraso, sendo a multa moratória proporcional aos dias atrasados. Quando o ICMS atrasado for pago parceladamente, a multa também levará em conta o número de parcelas.

76 Infringe obrigação principal sujeita a multa a sociedade comercial que deixar de utilizar, no prazo legal, terminal ponto de venda ou, alternativamente, equipamento emissor de documento fiscal.

Depois de encerrar as atividades de sua empresa, Fernando emitiu e doou blocos de notas fiscais com o destinatário em branco para que seu compadre, Antônio, as utilizasse para gerar crédito fictício de ICMS, tendo este último vendido tais documentos para três empresas diferentes sediadas em Mato Grosso.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

77 Fernando não pode ser responsabilizado solidariamente pelo pagamento do imposto, por não ter conhecimento da utilização que seria dada aos documentos fiscais.

78 Antônio deverá ser considerado devedor principal dos créditos irregularmente gerados.

79 Caso não tenham conhecimento da falsidade levada a efeito em suas escritas, as empresas não devem responder pelos débitos fiscais.

Com referência ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) no Mato Grosso, julgue os itens seguintes.

80 O estado de Mato Grosso exerce competência legislativa plena em termos de IPVA, inclusive estabelecendo o fato gerador, a base de cálculo e o contribuinte, já que o Código Tributário Nacional não cuida de tais matérias.

81 O STF entendeu que a base econômica do IPVA não abrange as embarcações e aeronaves, não obstante a legislação do estado de Mato Grosso prever a incidência desse imposto sobre tais meios de transporte.

- 82** No Mato Grosso, o taxista que possui até três táxis é isento do pagamento do IPVA desses veículos.
- 83** O IPVA é tributo sobre direitos reais, só podendo ser responsável pelo pagamento o proprietário do veículo, daí porque inexistente solidariedade na legislação local.
- 84** O estado de Mato Grosso instituiu descontos progressivos no valor do pagamento do IPVA aos contribuintes que não tenham incorrido em infração de trânsito, com base na autonomia do estado-membro de implementar incentivo fiscal de sua competência.

João, que tem residência fixa em Mato Grosso, adquiriu veículo automotor pagando regularmente o IPVA e viu-se, por dois anos consecutivos, impedido de utilizar plenamente seu automóvel, já que o mesmo foi *clonado* e os departamentos de trânsito (DETRANs) de vários estados lançaram multas de trânsito por infrações cometidas pelo motorista do *clone* como se fossem praticadas por João, tendo o DETRAN-MT, obedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro, deixado de emitir o certificado de licenciamento do veículo *clonado*, pelo não recolhimento das multas.

Face à situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 85** João tem direito a devolução do IPVA pago por ter sido impedido de utilizar o automóvel.
- 86** O responsável pela clonagem do veículo de João é devedor solidário do IPVA incidente sobre o automóvel.

Acerca do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD) do Mato Grosso, julgue os itens que se seguem.

- 87** O ITCD incide sobre a sucessão provisória, ocorrendo tantos fatos geradores quantos forem os herdeiros, assegurada a restituição do imposto recolhido no caso de aparecimento do ausente.
- 88** O ITCD incide sobre a propriedade imaterial.

Francisco faleceu nos Estados Unidos da América quando representava o Brasil em missão diplomática, deixando herdeiro único, domiciliado em Mato Grosso, que renunciou a herança por motivos de foro íntimo.

Com base na situação hipotética apresentada acima, julgue os itens subsequentes, relativos ao ITCD.

- 89** Nessa situação, não haverá incidência do ITCD.
- 90** Caso não houvesse renúncia, poderia ocorrer isenção do tributo, se o patrimônio do espólio fosse de valor ínfimo.

Determinado estado brasileiro criou, por meio de lei estadual, uma agência dotada de autonomia financeira, funcional e administrativa, com a finalidade de, observada a competência própria dos outros entes federados, controlar e fiscalizar, bem como normatizar, padronizar, conceder e fixar tarifas dos serviços públicos delegados, nas áreas de transporte e de telecomunicações. De acordo com a lei de criação, os integrantes dessa agência devem ser nomeados após aprovação em concurso público de provas.

Com relação à situação hipotética descrita acima, julgue os itens subsequentes.

- 91** As ações dessa agência devem ser regidas pelo Direito Administrativo, que, de acordo com o critério teleológico, é o ramo do direito público interno que regula a atividade jurídica não-contenciosa do Estado e a constituição dos órgãos e meios de sua ação em geral.

- 92** Pelas características apresentadas e por sua finalidade, essa é uma agência reguladora, constituindo-se, portanto, em uma autarquia sob regime especial, integrante da administração indireta estadual.
- 93** No caso de um processo licitatório na modalidade de concorrência, não é possível ao diretor-geral dessa agência avocar a competência de julgamento das propostas dos licitantes.
- 94** O ato administrativo praticado por funcionário dessa agência, que tenha sido nomeado após o prazo de validade do concurso público prestado para a investidura em cargo do quadro de pessoal da agência, está eivado de vício de incompetência, mas pode ser considerado válido, gerando deveres para a administração pública perante o particular de boa-fé.
- 95** Se a investidura do diretor-geral da agência, pelo governador do estado, depender, por força da lei estadual que a criou, da aprovação da Assembleia Legislativa do Estado, esse ato de investidura classifica-se, quanto à formação, como um ato composto.
- 96** Os serviços públicos objeto de controle, de fiscalização, de normatização, de padronização e de concessão e fixação de tarifas por parte dessa agência estadual podem ser classificados como serviços públicos impróprios.
- 97** A concessão de serviço público, objeto de fiscalização pela agência, é um contrato administrativo que tem por objeto a transferência a um particular da execução desse serviço, aplicando-se a esse contrato a teoria da imprevisão.

Um determinado órgão público estadual celebrou, com dispensa de licitação, um contrato administrativo cujo objeto é a realização de obras de contenção de encostas de morros. As obras contratadas são executáveis em 150 dias. Como justificativa para a contratação sem licitação, foi alegado estado emergencial, em razão da urgência de conclusão das obras com o fim de evitar desmoronamento de encostas sobre áreas habitadas, devido às fortes chuvas que assolam o estado.

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 98** Caso os fatos indicados pela autoridade administrativa como sendo os motivos da prática desse ato administrativo sejam falsos ou inexistentes, o Poder Judiciário poderá revogar o ato praticado com base na teoria dos motivos determinantes.
- 99** Se o responsável pelo controle interno do órgão, ao saber que não há fundamentos para a dispensa de licitação, não der ciência do fato ao Tribunal de Contas do Estado, ele deverá responder subsidiariamente pelos prejuízos eventualmente sofridos pela administração pública.
- 100** A criação de um encargo legal — uma contribuição social destinada ao custeio da seguridade social — só poderá se constituir em um fato do príncipe, que obriga a administração pública a recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo celebrado, se tal encargo incidir de forma direta e específica sobre o objeto do contrato.
- 101** Mesmo se não houvesse fatos que caracterizassem uma situação emergencial, seria possível dispensar a realização da licitação se essa contratação se destinasse à realização de remanescente de obra de contenção de encosta, anteriormente contratada e interrompida em razão de rescisão contratual, desde que fosse atendida a ordem de classificação da licitação original e aceitas, pelo novo contratado, as mesmas condições oferecidas pelo licitante inicialmente contratado.

102 Na hipótese de ilegalidade no contrato celebrado, o Tribunal de Contas do Estado poderia assinalar prazo para que o órgão público estadual adotasse as providências necessárias para o exato cumprimento da lei e, caso não fosse atendido, caberia a ele sustar a execução do contrato.

103 Caso um particular fosse contratado para realizar as obras de contenção, tendo conhecimento da falsidade dos motivos alegados para a dispensa de licitação, ele cometeria crime de improbidade administrativa e poderia sofrer como sanção, independentemente de outras sanções previstas em legislação específica, a proibição de contratar com o poder público.

104 Nas condições apresentadas, caso o órgão estadual entendesse que deveria ser realizada a licitação para a contratação da empresa que realizaria as obras de contenção das encostas e, no curso do procedimento licitatório, ocorresse um desabamento, causando prejuízo a particulares, não haveria responsabilidade objetiva do estado, devido ao fato de haver dever legal de contratar mediante licitação e de o caso fortuito romper o nexo de causalidade.

Julgue o seguinte item, relativo à corregedoria fazendária.

105 Por disposição legal, é atribuição da corregedoria fazendária requisitar informações junto a particulares ou a quaisquer órgãos da administração pública estadual.

Julgue os itens seguintes, acerca de empresário, nome comercial, registro e fundo de comércio.

106 De acordo com o Código Civil, é considerado empresário aquele que exerce uma atividade econômica de natureza científica organizada para a produção de serviços.

107 A atividade empresarial no Brasil, quando realizada por uma pessoa sem auxílio de outras, é dispensada da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

108 Apesar de o conceito de sociedade simples contrapor-se ao de sociedade empresarial, o nome a ela dado submete-se às normas incidentes sobre o nome empresarial.

Quanto às regras contábeis a que se sujeitam as sociedades previstas no Código Civil, julgue os itens a seguir.

109 O Código Civil faculta a qualquer empresa substituir o Livro Diário por fichas de lançamento, desde que atendidas determinadas condições.

110 Uma novidade introduzida pelo Código Civil na terminologia contábil foi a adoção da expressão “balanço de resultado econômico” em lugar de “demonstração do resultado do exercício”.

111 Independentemente do sistema de escrituração a ser utilizado, as atuais normas contábeis exigem que haja o registro do balanço patrimonial e do resultado econômico em livro apropriado.

Acerca dos requisitos de validade para a produção de efeitos das letras de câmbio emitidas no Brasil, julgue os itens subsequentes.

112 Uma letra de câmbio deve conter a expressão LETRA DE CÂMBIO, porém é dispensável a indicação expressa da época do pagamento.

113 Para ser válida, a letra de câmbio deve apresentar, entre outros elementos, mandato puro e simples de pagar quantia determinada e a indicação do lugar em que se deve efetuar o pagamento.

114 O nome e a assinatura do sacador são essenciais à validade da letra de câmbio, porém o nome do sacado pode ser suprido na sua falta.

115 Para a validade da letra de câmbio, é essencial a indicação da data e do local em que foi passado o título.

Relativamente ao objeto social das Sociedades Anônimas, julgue os itens que se seguem.

116 As Companhias podem ter como objeto qualquer atividade empresarial lucrativa, desde que não contrária à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

117 Independentemente do objeto, a sociedade por ações é sempre de natureza mercantil, ou seja, submete-se às leis comerciais, mas não aos usos comerciais.

118 Encontra amparo na legislação pertinente a situação em que uma Companhia tem como objeto a participação no capital social de outras empresas com vistas exclusivamente a obter benefícios na forma de incentivos fiscais.

Acerca da verificação dos créditos em processo falimentar, julgue os itens a seguir.

119 Ao sentenciar pela declaração de falência, o juiz deve estabelecer prazo para os credores apresentarem suas declarações de crédito, as quais devem ser instruídas com os documentos que as justifiquem.

120 A obrigação de declarar crédito com vistas à habilitação da falência não envolve os credores particulares dos sócios solidariamente responsáveis.

Considerando as disposições legais acerca dos delitos falimentares, julgue os itens a seguir.

121 Segundo posição firmada pelos Tribunais Superiores, o crime falimentar prescreve em dois anos a contar da data em que deveria estar encerrada a falência ou do trânsito em julgado da sentença que a encerrar ou que julgar cumprida a concordata.

122 O comerciante que não possui escrituração regular de seus negócios em livros obrigatórios está isento de pena, a critério do juiz falimentar, desde que não tenha instrução suficiente e explore comércio exíguo.

123 Admite a modalidade culposa a conduta do falido que apresenta, na falência ou na concordata preventiva, declarações acompanhadas de títulos falsos ou simulados.

124 Segundo a doutrina, são considerados crimes antifalimentares aqueles cujo tipo penal descreve comportamento anterior à decretação da falência e somente por força desta é considerado crime.

125 Se houver desvio de bens da massa por parte do comerciante devedor antes da decretação da falência, este estará sujeito a pena de reclusão de 1 a 4 anos. No entanto, se tal conduta ocorrer após a decretação da quebra, a pena será de reclusão de 1 a 3 anos.

Julgue os itens a seguir.

126 Considere a seguinte situação hipotética.

O contador de uma empresa inseriu dados inexatos em livro fiscal, visando exonerá-la do pagamento de determinado tributo, em conduta definida como crime de sonegação fiscal. Nessa situação, se o réu for primário, a pena de detenção que lhe for atribuída deverá ser cumulada com a de multa de dez vezes o valor do tributo.

127 A conduta daquele que expôs à venda mercadoria com peso inferior ao consignado na respectiva embalagem é punida também a título de culpa.

128 Quando se fizer necessário à instrução processual, o agente público denunciado pela prática de ato de improbidade administrativa deve ser afastado do cargo mediante decisão judicial. Nesse caso, a percepção de sua remuneração ficará prejudicada.

129 O agente público que for condenado em primeira instância por enriquecimento ilícito e não interpuser o competente recurso da decisão condenatória perderá a função pública ou terá suspensos seus direitos políticos.

130 Constitui crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, a exploração de matéria-prima pertencente à União.

131 A conduta do contribuinte que omite informação em declaração de imposto de renda, com finalidade de eximir-se total ou parcialmente de pagamento de tributo, é caracterizada por dolo específico.

132 A lei define como delito a admissão em licitação de profissional declarado inidôneo. Nesse contexto, a expressão inidôneo significa elemento objetivo do tipo penal.

133 Considere a seguinte situação hipotética.

Um funcionário público, membro de comissão permanente de licitações de órgão estadual, visando afastar empresa licitante, ofereceu vultuosa quantia, em espécie, à sua proprietária, que, ao aceitar tal vantagem, desistiu de concorrer ao procedimento licitatório.

Nessa situação, é correto afirmar que o funcionário público e a proprietária da empresa cometeram delito previsto na Lei n.º 8.666/93 e deverão incorrer nas mesmas penas.

134 Considere a seguinte situação hipotética.

José representou contra João, agente público, perante membro do Ministério Público, imputando-lhe falsamente atos de improbidade administrativa que o sabia inocente.

Nessa situação, é correto afirmar que José cometeu delito contra a Administração Pública.

135 O tipo penal “devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório” consoma-se no instante em que o membro da comissão de licitação abre o envelope contendo a proposta.

Julgue os itens a seguir, relativos à Contabilidade.

136 Conforme a Lei n.º 6.404/76, as contas devem ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Nesse sentido, os elementos básicos do balanço são o ativo, que representa as aplicações de recursos, e o passivo, que representa as exigibilidades e obrigações.

137 De acordo com a teoria de contas, as contas do ativo devem ser classificadas em ordem decrescente de grau de liquidez e as contas do passivo, em ordem crescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

138 As demonstrações contábeis ou financeiras, que são regidas pela Lei n.º 6.404/76 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, informam a evolução dos fenômenos patrimoniais que, no fim do exercício social, evidenciam o resultado da atividade econômica exercida sobre o patrimônio no período.

139 Os quocientes de estrutura de capitais e de liquidez evidenciam a situação financeira, enquanto a situação econômica é evidenciada pelos quocientes de rentabilidade.

140 A análise horizontal ou análise por índices, por meio da qual se evidencia a variação dos itens das demonstrações contábeis ao longo de um determinado período que tenha apresentado valores homogêneos, tem como principal objetivo acompanhar o desempenho de todas as contas que compõem a demonstração contábil analisada, verificando as tendências de retração ou de evolução em cada uma delas.

141 O desenvolvimento de uma análise, tanto interna quanto externa, envolve os seguintes procedimentos: exame detalhado das demonstrações contábeis objeto da análise, coleta de dados, cálculos dos indicadores mediante aplicação de fórmulas já consagradas, interpretação dos quocientes, índices e coeficientes, análise vertical e horizontal, comparação com índices padrões e elaboração e apresentação de informações por meio de relatórios.

142 Considerando que o patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações, e sabendo que o mesmo possui personalidade, componentes e função, podendo ser mensurado e sendo capaz de mutar, é conceitualmente correto concluir que, se uma empresa é imponente, com edificações vistosas, instalações com jardins amplos e conservados e um volume grande de ativos, essa empresa possui um grande patrimônio, equivalentemente àquilo que ostenta.

143 A representação gráfica a seguir indica uma situação líquida favorável à empresa a que ela se refere.

ATIVO		PASSIVO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (SL)		

Determinada empresa gerou, no mês de agosto de 2003, as seguintes operações com uma determinada mercadoria:

- < em 2/8/2003, adquiriu 20 unidades dessa mercadoria ao preço de R\$ 25,00 líquidos cada;
- < em 6/8/2003, adquiriu 10 unidades ao preço de R\$ 30,00 líquidos cada;
- < em 10/8/2003, vendeu 18 unidades;
- < em 16/8/2003, vendeu 8 unidades;
- < em 23/8/2003, adquiriu 15 unidades da mercadoria ao preço de R\$ 32,00 líquidos cada.

Com base no critério PEPS e considerando que essa empresa não tinha saldo inicial de estoque antes da realização das operações acima descritas, julgue os itens seguintes.

144 O valor final dos estoques dessa empresa no mês de agosto de 2003 foi de R\$ 600,00.

145 O valor do CMV da referida empresa no mês de agosto de 2003 foi de R\$ 680,00.

balanços patrimoniais (em R\$ mil)

ativo	31/12/2002	31/12/2003	passivo	31/12/2002	31/12/2003
circulante	10.100	20.285	circulante	6.550	10.800
ARLP	800	2.800	PELP	4.950	7.050
permanente	4.200	6.045	PL	3.600	11.280
móveis	6.000	6.600	capital	2.500	2.500
(!) deprec. acumul. móveis	(1.800)	(2.555)	reservas	1.000	1.000
máq. e equipamentos		2.000	lucros acumulados	100	7.780
totais	15.100	29.130	totais	15.100	29.130

demonstração do resultado do exercício 2003 (em R\$ mil)

	31/12/2002	31/12/2003
1 venda de mercadorias	15.000	30.000
2 custo mercadorias vendidas	9.000	16.000
3 lucro bruto (1! 2)	6.000	14.000
4 despesas com vendas	1.200	1.220
5 despesas financeiras	2.100	2.300
6 despesas administrativas	2.600	2.800
7 total de despesas operacionais (4 + 5 + 6)	5.900	6.320
8 lucro operacional (3! 7)	100	7.680
9 lucro líquido do exercício	100	7.680

Com base nas demonstrações financeiras acima, julgue os itens de **146** a **148**.

146 O montante das origens de recursos em 2003 foi de R\$ 9.780,00.

147 O montante das aplicações em 2003 foi de R\$ 4.600,00.

148 Em 2003, o CCL aumentou em R\$ 5.180,00.

Com relação a plano de contas, julgue o item subsequente.

149 Um plano de contas bem elaborado deve conter, além da relação das contas devidamente codificadas de forma estruturada e ordenada, a indicação das operações para as quais as contas foram previstas e como cada conta deve ser utilizada nas operações: debitada e(ou) creditada.

De acordo com a legislação fiscal, deve ser excluído do custo de aquisição de mercadorias para revenda e de matérias-primas o montante do ICMS recuperável destacado em nota fiscal. Portanto, deve-se registrar em conta própria de ICMS a recuperar ou a débito da C/C de ICMS, se for o caso, o montante desse imposto, independentemente de ter sido pago ou não. Considerando essas informações, julgue o item a seguir.

150 Uma empresa que tenha realizado uma operação comercial de compra de mercadoria para revenda a prazo, no valor de R\$ 10.000,00, com alíquota de 17% de ICMS já inclusa no preço da mercadoria e destacada na nota fiscal deve, de acordo com a legislação fiscal, registrar a seguinte contabilização dessa operação, em que os valores estão em R\$.

D – compras/mercadorias..... 8.300,00

D – ICMS a recolher..... 1.700,00

C – fornecedores.....10.000,00

RASCUNHO